

Ulysses adverte que as ruas têm de ser ouvidas



Governador do Paraná diz que o Presidente está "ansioso" por definição do mandato e forma de governo

Newton quer Constituição "mais magra"

O governador Newton Cardoso, de Minas Gerais, apelou ontem para o comparecimento de todos os governadores na reunião prevista para o próximo dia 28, em Belo Horizonte, "quando será elaborado um manifesto à Nação de Constituição já". Segundo Newton, a sociedade clama pela conclusão dos trabalhos da Assembleia, acrescentando que "já está na hora de os governadores e ministros se unirem para emagrecer a proposta constitucional. Precisamos de uma Carta suscinta, ágil e moderna, e não de uma massaroca constitucional", afirmou.

Para o governador mineiro, o atraso na conclusão dos trabalhos está inviabilizando a retomada de investimentos por parte dos governos estaduais. Ele informou que Minas Gerais conta com recursos da ordem de US\$ 5 bilhões em carteira à espera de uma decisão da Assembleia, enquanto São Paulo, segundo Orestes Quêrcia, possui recursos de US\$ 8 bilhões.

Newton Cardoso afirmou ainda que lutará pela inversão da pauta de votação do sistema de governo e mandato presidencial pelo plenário da Constituinte, acrescentando que o deputado Ulysses Guimarães já tem o apoio de todas as lideranças, inclusive da esquerda, para negociar esta antecipação na votação.

Mais um no PTB

Mais um parlamentar acaba de filiar-se à bancada do PTB na Constituinte: o deputado João de Deus Antunes, do PDT do Rio Grande do Sul, que ontem se inscreveu na legenda trabalhista.

No perde e ganha das adesões e defecções, o PTB com a nova conquista, está ganhando: saiu um, o deputado Ottomar Pinto, de Roraima (que foi para o PMDB), e entraram dois: o senador Afonso Camargo, do PMDB do Paraná e, agora, o deputado João de Deus Antunes. Com isso, a bancada petebista na Constituinte passa a ter 21 integrantes: 19 deputados e dois senadores.

Pressão pelos 4

Para poder chegar à Prefeitura de Olinda, uma das mais importantes do Estado com um colégio eleitoral de mais de 200 mil votos, o deputado Luiz Freire (PMDB) vai ter que votar pelos quatro anos para o presidente José Sarney. A advertência foi feita pelo prefeito José Arnaldo Amaral, um dos mais ativos defensores da candidatura Freire e adepto das diretas para Presidente ainda este ano.

Para José Arnaldo, o deputado surpreendeu suas bases eleitorais ao assinar a emenda Matheus Iensen, que estipula o mandato Sarney em cinco anos.

Muito curioso

"Esse PMDB é um partido muito curioso. Os dois ministros que saíram do Governo sob suspeita de corrupção (Raphael de Almeida Magalhães e Anibal Teixeira) entregaram os cargos chorando", disse ontem o ex-governador Roberto Magalhães.

Presidente reforça pedido de definição

O presidente José Sarney está "ansioso" para ver definidos logo o tempo de seu mandato e a forma de Governo, dando sinais de que poderá sugerir um acordo de lideranças para inverter a ordem da pauta dos trabalhos da Constituinte e priorizar a votação dessas questões. A informação foi dada ontem pelo governador do Paraná, Alvaro Dias, após audiência com o Presidente, acrescentando que a "ansia" do chefe da Nação em ver definidas essas questões se deve ao fato de que a indefinição atual "está gerando problemas nos campos econômico e social".

Alvaro Dias também disse ser favorável a que a Constituinte apresse seus trabalhos, "porque o País exige imediata elaboração da Constituição". O governador paranaense defende um mandato de cinco anos para o presidente Sarney e garantiu que sua bancada dará 20 votos a essa proposta, confirmando o número de adesões da bancada do Paraná à emenda Matheus Iensen (PMDB-PR).

Dias manifestou-se a favor de eleição presidencial no próximo ano, argumentando a necessidade

"A lealdade é fundamental"

Curitiba — Mesmo "navegando num mar de dificuldades", o Paraná tem sido um dos estados privilegiados com recursos federais, admitiu ontem o governador Alvaro Dias, para quem é absolutamente normal a contribuição que o presidente José Sarney vem dando ao seu estado e a outros, cujos governadores dão apoio irrestrito ao seu governo.

"Lealdade em política é fundamental, como também é natural não se alimentar o inimigo, embora eu ache que o presidente Sarney não esteja discriminando os estados cujos governos não o apoiam, mesmo reconhecendo que

de definição da nova ordem jurídica do País, uma vez promulgada a Constituição, "até mesmo para enfrentar as turbulências políticas num regime democrático". Mas o governador concordou que, se houver uma consulta hoje à população, "ela dirá que quer eleições já, até porque há muito tempo que não vota para Presidente, mas um cidadão consciente entenderá que antes é necessário uma ordem jurídica".

Para o governador do Paraná, a eleição presidencial já "poderia também transformar a Constituinte numa passarela para candidatos". Ele acrescentou: "Não se elabora uma Constituição a partir de um palanque eleitoral", observando que, nesse caso, as propostas em discussão na Constituinte teriam maior influência no pleito do que as verdadeiras questões nacionais.

Dias disse ainda ser contra a realização da reunião entre os governadores, prevista para o próximo dia 28, em Belo Horizonte, desaprovando também a convocação do Diretório Nacional do PMDB.

o tratamento tem sido diferenciado", disse Alvaro Dias, acrescentando:

"O Paraná está tendo a atenção do Governo Federal que não havia tido antes, e realmente está entre os estados privilegiados porque luta para tapar os buracos da incompetência anterior". O governador lembrou que existem os estados que procuram sair da crise "e os que quebram como é o caso do Rio de Janeiro, que hoje tem o Banerj falido, um imenso rombo no metrô, além de outros grandes problemas, enquanto o Paraná, mesmo navegando num mar de dificuldades tem sabido aplicar os recursos que recebe".

"Não podemos deixar de ouvir a rua". Com este argumento, o presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, tem externado a diversos peemedebistas sua expectativa de que, devido à aprovação em primeiro lugar dos pontos consensuais da futura Constituição, as questões controversas (como sistema de Governo e duração do mandato do atual Presidente) vão amadurecer junto à opinião pública, o que ajudará a resolvê-las na Assembleia.

Por trás dessa estratégia, Ulysses — segundo apurou o JBr — pretende impedir que a Constituinte adote qualquer decisão quanto a esses pontos polêmicos antes que a vontade popular se expresse mais claramente. Ainda que não explicitasse essa posição mesmo aos interlocutores mais íntimos, de acordo com seu habitual comportamento sinuoso, o deputado trabalha para que as decisões sobre o tamanho do mandato de Sarney e eventual mudança de sistema de Governo sejam ditadas pelas pressões sociais e não por maiorias eventuais na Assembleia. Paralelamente, essa estratégia levaria ao inevitável desgaste do Centrão, durante a votação de suas emendas — especialmente nos capítulos da Ordem Econômica e Social —, e o consequente enfraquecimento dos moderados quando da votação das disposições transitórias.

Consenso Ulysses admite que quase 90% dos dispositivos do projeto constitucional são passíveis de consenso. Em razão desse convencimento, o presidente da Assembleia acredita que a futura Constituição esteja aprovada e promulgada até abril.

A rigor, esse não é o pensamento da maioria dos auxiliares do presidente Sarney, favoráveis à definição imediata sobre a duração do mandato presidencial. Para que isso pudesse acontecer, Ulysses precisaria dinamizar o exame de propostas de inversão do projeto constitucional. No momento, duas dessas propostas — anunciadas por Mário Covas e Brandão Monteiro, respectivamente líderes do PMDB e do PDT na Constituinte — não foram formalizadas perante a mesa da Assembleia. Existem, porém, outras com idêntico objetivo, dos deputados Agassiz de Almeida (PMDB-PB) e Cesar Cals Neto (PDS-CE), pendentes de parecer do relator da Constituinte. Pelo menos até o próximo dia 27, data em que a Constituinte começa a discutir o projeto de Constituição, não se decidirá nada a respeito da inversão das votações. Isso foi o que informou o senador Mauro Benevides (PMDB-CE), amigo de longa data de Ulysses.

Economia

A expectativa, no caso do amadurecimento a que Ulysses se referiu em conversa com os correligionários, é a de que venha a influir, decisivamente, no ânimo dos constituintes, o desempenho econômico do governo Sarney, até abril próximo. Sob esse aspecto, apesar do otimismo governamental, as perspectivas não são boas. Nos últimos três dias, a taxa de correção oficial diária do dólar, está próxima de um por cento, o que faz prever uma inflação mensal superior às admitidas pelo setor econômico do Governo.

Ulysses também tem ponderado a ministros de Sarney que, do ponto de vista do regimento da Constituinte, a inversão nas votações

do projeto constitucional depende de acerto unânime entre os líderes dos vários partidos. Em nome do PT, o deputado paulista José Genoíno alega que a inversão desejada pelo Governo não interessa à Assembleia.

Esvaziamento

No entender de Genoíno — e nesse ponto o constituinte do PT pensa da mesma forma que Ulysses —, se a inversão for aprovada, os trabalhos da assembleia ficarão esvaziados. Desse modo, fortalecer-se-ia a posição dos conservadores do Centrão, que poderiam impor suas ideias no plano econômico e social com maior facilidade. Assim, o PT pretende mover uma guerra de desgaste político dos centristas, pedindo destaque para todas as propostas do grupo que afetam os interesses dos trabalhadores. Na opinião do parlamentar petista, será difícil ao Centrão manter sua unidade conservadora, nos títulos econômicos e dos direitos sociais. Quando chegar o instante de votação do sistema de Governo e do mandato de Sarney, os centristas terão chegado ao máximo do desgaste, ficando, portanto, mais vulneráveis às pressões populares em favor do mandato de quatro anos.

Quêrcia

O posicionamento de Ulysses contra a tendência em favor da inversão das votações na Assembleia também reflete certa identidade de vistas com o governador de São Paulo, Orestes Quêrcia. No episódio da substituição do ministro Anibal Teixeira, do Planejamento, mais uma vez o Presidente da República havia decidido em favor de Minas e do governador Newton Cardoso, desconsiderando eventuais aspirações de São Paulo.

Deputado pede esforços redobrados

O deputado Ulysses Guimarães iniciou ontem sua peregrinação pelos estados brasileiros em busca da ajuda dos governadores para agilizar os trabalhos da Constituinte. Seu objetivo é votar a nova Constituição no máximo em 60 dias. "Peço que nos ajudem, que atuem de forma decisiva para que os constituintes fiquem em Brasília, se armem de energia para trabalhar à noite, de madrugada, fins de semana e que não queiram sair do partido", afirmou, ao desembarcar em Curitiba, primeira etapa da viagem, onde se encontrou com Alvaro Dias, seguindo depois para Florianópolis e Porto Alegre. Aos três governadores da região Sul Ulysses afirmou que pretende trabalhar pela votação das emendas em bloco e que sua única dúvida é não saber ainda — já que o regimento determina que se vota cada capítulo separadamente — se é possível votar, dessa forma, as emendas de todos os capítulos.

Na capital gaúcha, Ulysses lembrou que esta é a 27ª vez que percorre o País e que o objetivo desta viagem é "buscar caminhos para que a Carta Magna seja promulgada o mais rápido possível".

Bonança

Sobre a votação do mandato do presidente Sarney, Ulysses disse mais uma vez que considera difícil



Ulysses: Carta em dois meses

sua antecipação, "uma vez que existem lideranças contrárias à proposta, de interesse do Planalto". Entretanto, ressaltou que sua posição é a da maioria e que se ela decidir por antecipar algumas decisões estará de acordo, desde que seja para agilizar os trabalhos da Assembleia.

Alvaro Dias, que defende a antecipação da votação do mandato e sistema de governo, argumenta que o ideal é realizar essas duas votações primeiramente e depois,

"numa fase de bonança, quando a tempestade tiver passado, proceder a análise das outras questões de natureza econômica e social".

Fundamento

Outro tema discutido por Ulysses e Alvaro, foi a reunião da Executiva, convocada para o próximo dia 3, pelo deputado Euclides Scalco, vice-líder do PMDB na Constituinte, e que ambos consideram "inoportuna". "Sistema de governo e duração de mandato são assuntos exclusivos da Constituinte e a questão do rompimento deve ser discutida somente em convenção", sentenciou Alvaro.

Para ele, a alegação de que o encontro se faz necessário para o preenchimento de vagas disponíveis na Executiva carece de maior fundamento. E um problema cuja solução pode aguardar o final dos trabalhos da Constituinte. Esses lugares estão vazios há muito tempo, desde a eleição dos governadores, não vejo porque a urgência de seus preenchimentos agora".

Sobre o lançamento de candidaturas à Presidência da República que ambos consideram prematuro, Ulysses disse: "Minha candidatura, aliás pseudocandidatura, depende do mandato do presidente Sarney, mas só discutirei isso após a nova Constituição".

FM 101,7